

Decisão sobre o GDF deve sair hoje

Ulysses aprova a fórmula, que agora depende do apoio dos líderes

JOÃO EMÍLIO FALCÃO
Repórter Especial

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), aprovou ontem, em caráter pessoal, uma fusão de emendas dos deputados Márcia Kubitschek (PMDB-DF), Valmir Campelo (PFL-DF) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF) que permitirá o senador Alexandre Costa (PFL-MA) ser governador de Brasília sem perder seu mandato.

A aprovação dessa emenda encontra resistência entre os partidos menores. Ao receber ontem Alexandre Costa e o senador Edison Lobão (PFL-MA) em seu gabinete, o presidente Ulysses disse que havia solicitado ao líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), que encontrasse uma fórmula de consenso. Ulysses espera ter hoje uma resposta do entendimento.

Alguns parlamentares juristas entendem que, na realidade, não é necessário a aprovação de uma emenda em plenário. Basta uma "composição", a ser feita pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e incluída nas disposições transitórias, tendo em vista que a Constituição futura é omissa porque ela só prevê o preenchimento do cargo de governador do DF por eleições.

ADIAMENTO

Até às 17 horas de ontem estava mantido o depoimento de Alexandre Costa na Comissão do Distrito Federal. A primeira versão do adiamento que chegou ao gabinete do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), foi de que o presidente da Comissão do Distrito Federal, senador Meira Filho (PMDB-DF) queria adiar a reunião por falta de quorum.

Lucena consultou de imediato a Alexandre Costa que disse estar pronto a ser sabatinado pela comissão, não tendo qualquer inte-

resse pessoal em adiar a reunião. O líder do PFL, Marcondes Gadelha (PB), no entanto, defendeu o adiamento frisando que não estava dirimida a dúvida constitucional e seria melhor aguardar uma solução a respeito.

Após uma reunião de 40 minutos, da qual participaram Alexandre, Meira, Lobão e Gadelha, ficou resolvido que a sabatina seria adiada sine-die. Ela aguardará a decisão da Assembléia Constituinte. Não será preciso a aprovação de uma emenda mas apenas a decisão dos líderes a respeito.

No final da tarde, Marcondes Gadelha esteve com o presidente Ulysses, aprovando uma fusão de emendas, com a seguinte redação:

"Até que se efetive o disposto no § 1º do art. 33, caberá ao Presidente da República, com a aprovação do Senado, indicar, dentre os cidadãos maiores de 35 anos, inclusive parlamentar, o Governador do Distrito Federal".

GARANTIDA

A aprovação do senador Alexandre Costa pelo plenário do Senado era considerada ontem como garantida, apesar da oposição dos pequenos partidos. As reações contra o Presidente da República, ostensivas no Senado, seriam manifestadas na votação do ministro Almir Pazzianotto para o Tribunal Superior do Trabalho e do advogado José Eduardo Barbosa para conselheiro do Tribunal de Contas do DF.

O único grupo que ainda se mantém firme contra a indicação de Alexandre Costa é o liderado pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), relator da CPI da Corrupção. As previsões são de que Chiarelli conseguirá obter o apoio de seis a oito senadores, o que não teria maior importância. Nem na votação nem em termos políticos porque seria uma manifestação atípica.

EUGENIO NOVAES



Costa encontra-se com Márcia Kubitschek, autora da fórmula que serve de base para negociar

Comissão reúne-se para ouvir Costa

A Comissão do Distrito Federal no Senado reúne-se hoje, às 9h30, para analisar a indicação do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para o Governo do Distrito Federal. A audiência marcada para ontem, foi adiada, a pedido do líder do PFL no Senado, senador Marcondes Gadelha (PB), que conseguiu, à noite, a promessa do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, da aprovação por um acordo de liderança de fusão de emenda, que permite a parlamentares exercerem o governo do DF, até a posse do governador eleito, em 15 de novembro de 1990.

Além de Ulysses, garantiram também a Gadelha apoio à proposta o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS). A fusão foi elaborada com base em emendas dos deputados brasileiros Valmir Campelo (PFL), Márcia Kubitschek (PMDB) e Maria de Lourdes (PSDB). A no-

va proposta será votada junto com parágrafo do artigo 33 (que trata da autonomia do DF), das Disposições Permanentes. O teor da proposição é o seguinte, de acordo com o líder pefelista: "Até que se efetive o disposto no parágrafo 1º do artigo 33, caberá ao Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, indicar, dentre os brasileiros maiores de 35 anos, e representantes do Congresso Nacional, o governador do Distrito Federal".

Gadelha argumentou que o adiamento da reunião da Comissão do DF para hoje, não significou um recuo do Governo na indicação do senador Alexandre Costa. "Foi uma decisão minha. Não podíamos deixar de tentar um acordo", afirmou o líder. Observou o senador paraibano que o artigo 37 que prevê quais cargos o parlamentar poderá ocupar sem deixar de perder seu mandato é "discriminatório, pois permite que um deputado ou senador seja

secretário de Estado, mas não governador do DF".

Alexandre Costa conversou ontem longamente com o presidente da Comissão do DF, senador Meira Filho (PMDB-DF), e o vice-presidente da Comissão, senador Edison Lobão, articulando a aprovação de seu nome no colegiado. Eles estudaram o regimento interno do Senado, que prevê a realização de uma sessão secreta seguida de votação, também secreta, a ser realizada entre os onze membros titulares do colegiado. São eles: Pompeu de Souza (PSDB-DF), Meira Filho (PMDB-DF), Mauro Benevides (PMDB-CE), Saldanha Ferzi (PMDB-MS), Albano Franco (PMDB-se), Iram Saralva (PMDB-GO), Chagas Rodrigues (PSDB-PI), Alexandre Costa (PFL-MA), que deverá ser substituído por seu suplente senador, João Menezes (PFL-MA), Edison Lobão (PFL-MA), Maurício Corrêa (PDT-DF) e Mauro Borges (PDC-GO).

Jobim já negocia o acordo

A nomeação do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para o Palácio do Buriti continua dependendo de um acordo entre as lideranças partidárias na Constituinte em torno da emenda Márcia Kubitschek — que permitiria a acumulação dos cargos de governador de Brasília e de parlamentar, condição imposta pelo senador maranhense para aceitar a indicação.

Ontem à tarde, depois de receber Alexandre Costa em seu gabinete, o deputado Ulysses Guimarães recomendou ao líder peemedebista Nelson Jobim que negociasse o assunto junto aos demais partidos. A tarde, interpellado pelo deputado José Lourenço, líder do PFL, Jobim prometeu uma definição para hoje: "Antes, preciso fazer alguns contatos", afirmou o deputado gaúcho.

Mas nem só da bancada peemedebista depende a confirmação de Alexandre Costa no Buriti. O deputado Ulysses Guimarães afirmou ontem, durante reunião com a bancada brasileira do seu partido, que a emenda Márcia Kubitschek só será aprovada com a concordância de todos os líderes. A própria autora da proposta considera "muito difícil" este consenso: "Tenho informações de que pelo menos três partidos — o PT, o PSDB e o PDT — não estão dispostos a apoiar minha emenda", disse Márcia, para quem "o jeito é escolher outro nome".

Na verdade, nem o PT nem o PSDB têm posição fechada a res-

peito do assunto. O deputado Artur da Távola, líder dos tucanos na Constituinte, convocou sua bancada para uma reunião hoje à noite destinada, entre outras coisas, a definir a posição do partido sobre a questão de Brasília. Já os petistas, segundo o vice-líder José Genoino, estão conversando e só anunciarão uma decisão final esta manhã.

Informalmente, contudo, sabe-se que dificilmente haverá a unanimidade necessária para a aprovação da emenda. O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) garantiu que o seu partido jamais apoiará "tamanho casuismo". E completou: "Ninguém aprova nada aqui dentro sem consenso, o que significa dizer que Alexandre Costa não tem chance".

CERCO

Enquanto os líderes não se acertam, o governador indicado de Brasília está trabalhando intensamente para derrubar o impedimento constitucional à sua posse. Em seu encontro com o deputado Ulysses Guimarães, ontem, ele reafirmou que só aceita o cargo se não tiver que renunciar ao seu mandato parlamentar. Como resposta, ouviu do presidente da Constituinte a promessa de que não será obstáculo a nenhum entendimento, "muito pelo contrário". Afinal, lembrou Ulysses ao deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), "se não for ele terá que ser outro. E por que não um parlamentar?".

Solução não pode demorar

A questão envolvendo a escolha do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para o Palácio do Buriti deve ser solucionada o mais rápido possível. Esta é a opinião do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Entendo que esse assunto tem que ser resolvido logo: sim, sim, n-ao, n-ao. Até amanhã — disse Ulysses.

O deputado acrescentou que tecnicamente é possível permitir que o senador assuma o governo sem perder o mandato, desde que haja entendimento

entre as lideranças:

— Os parlamentares podem ser ministros, podem ser secretários de estado, secretários do governo aqui do Distrito Federal. Portanto, tecnicamente, seguindo a regra, é de se admitir que possam assumir também o governo daqui.

Ulysses acrescentou que a Constituição não prevê tal hipótese, e que a forma de superar um impasse é um acordo dos líderes:

— Se não houver entendimento, fica muito difícil — concluiu.

Supremo garante mandato

O senador Alexandre Costa (PFL-MA) tinha ontem em seu gabinete um parecer informal de ministros do Supremo Tribunal Federal, onde lhe garantiram que ele não perderá o mandato parlamentar caso esteja ocupando o Governo do Distrito Federal após a promulgação na nova Constituição. Os ministros observaram que a indicação do senador maranhense pelo Presidente da República foi um ato jurídico perfeito, garantido pela atual Constituição.

A Constituinte aprovou na semana passada em segundo turno,

o inciso XXXVII, do parágrafo 5º, que estabelece que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada". No parecer informal, os ministros do STF chegaram mesmo a condenar a interpretação que juristas e parlamentares deram ao problema que Alexandre Costa enfrentava. Um desses ministros chegou mesmo a comparar o advogado que fez tal interpretação a um bacharel. Esta acusação foi uma farsa dirigida indiretamente ao senador Maurício Corrêa (PDT-DF), que levantou o problema da impossibilidade de Costa ocupar o Palácio do Buriti.

Farani é opção técnica

O nome do médico José Farani, secretário de Saúde do DF em 1964, na administração do hoje general Ivan de Souza Mendes, surgiu ontem como um dos candidatos a substituir o governador José Aparecido no Palácio do Buriti. Na avaliação dos defensores de seu nome, Farani reuniria as qualidades e os contatos considerados básicos para ocupar o cargo, mesmo sendo o que se convencionou chamar de "solução técnica".

Pioneiro de Brasília, um dos criadores do HBB e fundador do Hospital Santa Lúcia, José Farani contaria com experiência ad-

ministrativa, conhecimento da cidade e respaldo de setores importantes, a começar pela área militar.

Farani, que recentemente aposentou-se como médico no Senado, declarou ontem ao CORREIO BRAZILIENSE que tinha conhecimento das notícias sobre sua eventual indicação para o GDF, mas negou que já tivesse sido sondado oficialmente pelo Palácio do Planalto. Revelou, inclusive, que suas ocupações do momento são grandes e ele precisaria abdicar de alguns projetos pessoais para assumir o governo.

Sarney traça perfil do sucessor

LEONARDO MOTA NETO
Repórter Especial

Durante o último domingo, o presidente Sarney amadureceu uma hipótese em sua cabeça: não mais insistir no nome do senador Alexandre Costa para o governo do Distrito Federal mas colocar uma solução diferente, em caminho oposto aos nomes que todos estão pensando como alternativa. O ponto fundamental do raciocínio presidencial continuava a ser uma constatação de dias atrás:

— "Essa é a cidade onde durmo. Portanto, tenho que escolher quem irá administrá-la".

E evidente que esse nome que irá permitir ao Presidente dormir sossegadamente, sem temores de badernas e seqüelas de uma má administração, proveniente de um governador apenas político, para cumprir um resto de mandato de 20 meses, teria que passar por três crivos principais: 1) Político — ter acesso e gozar de simpatia nas bancadas mais diversas do Senado, inclusive da oposição ao Governo; 2) Administrar — ser reconhecido, um bom administrador, um "fazedor de obras", pioneiro em Brasília, que não tem medo de obras nem preguiça para em-

prender; 3) Militar — ser um homem de fácil acesso e aos ministros militares, notadamente os do Exército, que cuidam com mais sensibilidade dos problemas de segurança do Distrito Federal, como guardiães da integridade do Presidente da República e do poder central.

Portanto, temos um novo perfil do governador ideal para o Distrito Federal que não está confinado apenas à seara política. Esse perfil, ao contrário, conduz a uma silhueta de administrador apolítico, que vive em Brasília, aqui desenvolve seus empreendimentos, e goza de excelente conceito nas searas política, empresarial e militar.

Como apolítico, terá a vantagem de poder presidir à primeira eleição direta para governador do Distrito Federal, em 89, como magistrado, equidistante de retaliações partidárias. Nesse caso os partidos só terão a ganhar, pois o detentor desse perfil seria imune sensível a uma justa e equânime de repartição de lotes de influência dentro de seu governo, capaz de abrigar todas as correntes que apoiem o presidente Sarney no plano federal.

Como apolítico, o perfil desenhado na cabeça do presidente

Sarney seria, tanto quanto ele, um governador de transição com 20 meses em que não seria quebrado o contrato de estabilidade entre as correntes políticas da capital, qualquer político profissional, unido ao Palácio do Buriti, iria alterar a correlação de forças locais, dando preferência a determinadas correntes sobre outras, e assim, com acodamento e desejo de afirmação, radicalizando um cenário político que o Planoalto quer manter emocionalmente estável.

Para o apolítico, empreendedor, com perfil de homem de transição, pioneiro de Brasília, e do agrado de civis e militares, resta um só problema: passar pelo Senado, como indicação do presidente José Sarney. Se for, contudo, um homem público de tal lastro de amizades e conhecimentos até mesmo em áreas opostas a Sarney, um verdadeiro acadêmico de discretas e eficientes missões de conciliação e aproximação entre civis e militares, desde o nascimento da Nova República, poderá ter sucesso na indicação. O perfil está traçado na cabeça do Presidente: resta saber se o perfilado já sabe, e se sabe, aceita, uma vez que anda muito ocupado com obras, juntando tijolos e amigos.

EUGENIO NOVAES



Ulysses recebe a bancada do Distrito Federal e cobra solução imediata para o Buriti

Texto é omissivo sobre Legislativo

O silêncio sobre o processo de escolha do governador do Distrito Federal até as eleições de 1990 não é a única omissão do projeto da futura Constituição. Nele também não é feita qualquer referência sobre o exercício das competências legislativas do DF enquanto sua Câmara Legislativa não for instalada.

Na atual Constituição, esta competência é do Presidente da República e do Senado Federal. Com a promulgação da nova Carta e consequente autonomia política do Distrito Federal, o poder de legislar para o Distrito Federal passa a ser da Assembléia Legislativa, que no entanto só se-

rá instalada em janeiro de 1991. Isto representa um "buraco" de mais de dois anos em que não se saberá de quem é a iniciativa e quem discutirá e votará as leis relativas ao Distrito Federal.

Esta omissão vai impedir qualquer modificação na atual legislação do DF, que não poderá sequer adaptar-se à nova Constituição até 1991. O Distrito Federal vai ficar impedido, por exemplo, de instituir o adicional de até cinco por cento do que for pago à União, a título de imposto sobre renda e proventos, de legislar sobre assuntos de interesse local, de instituir o imposto sobre vendas de combustíveis e outras ta-

xas.

A falha do projeto foi identificada pelo assessor parlamentar da Câmara Adilson Conceição que, em um estudo sobre o assunto, sugere como solução para o problema a redação de dois novos parágrafos no artigo a ser incluído nas Disposições Transitórias regulando até a escolha do governador até a instalação da Assembléia Legislativa. Estes novos dispositivos atribuem ao Congresso Nacional o poder de legislar pelo DF até a instalação de sua Câmara própria e deixam a cargo do Senado a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do DF.